

INTERSECCIONALIDADE COMO PISTA TEÓRICO-METODOLÓGICA PARA PESQUISA EM GÊNERO, RAÇA E INFÂNCIA

Eixo Temático 25 – Insurgências de Corpos e Saberes: Perspectivas Pedagógicas Decoloniais e Queer (Cuir) na Construção de Poéticas Outras da Revolta

Rayane Ribas Martuchi ¹
Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira ²
Amana Rocha Mattos ³

RESUMO

O presente trabalho objetiva apresentar algumas considerações sobre os caminhos teóricos e metodológicos que a interseccionalidade, enquanto conhecimento subalterno, propõe para a pesquisa, com o foco na Psicologia Social e o estudo das infâncias. Para isso, dialogamos com referenciais do feminismo interseccional a fim de conceituar a interseccionalidade e circundar sua proposta como teoria, prática e metodologia de pesquisa. Como resultado, exemplificamos tais usos da interseccionalidade a partir de trabalhos acadêmicos e ativistas que tratam de temas como gênero, sexualidade, raça e infância, como também nossas próprias pesquisas de pós-graduação, atualmente em andamento, por compartilhar da visada interseccional para seu posicionamento epistêmico e ontológico na produção de conhecimento científico encarnado e situado.

Palavras-chave: Estudos subalternos; Interseccionalidade; Gênero; Raça; Infância

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGPS UERJ e bolsista CAPES, rayane.martuchi@gmail.com

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - PPGPS UERJ, carolareias@yahoo.com.br

³ Professora Associada do Instituto de Psicologia, Professora Permanente do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Coordenação do DEGENERA - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros – RJ, amanamattos@gmail.com

INTRODUÇÃO E REFERENCIAL TEÓRICO

O presente trabalho objetiva apresentar algumas considerações sobre os caminhos teóricos e metodológicos que a interseccionalidade, enquanto conhecimento subalterno, propõe para a pesquisa, com o foco na Psicologia Social e o estudo das infâncias. Para isso, dialogamos com referenciais do feminismo interseccional a fim de conceituar a interseccionalidade e circundar sua proposta como teoria, prática e metodologia de pesquisa. Como resultado, mostraremos alguns exemplos de produções acadêmicas e ativistas baseadas na interseccionalidade e alinhada com outras ferramentas congruentes com a episteme escolhida. Apresentaremos também três projetos de pós-graduação em andamento de nossa autoria, dois de doutorado e um de mestrado, que compartilham da visada interseccional para seu posicionamento epistêmico e ontológico na produção de conhecimento científico encarnado e situado.

A história do movimento pelo direito das mulheres hegemonicamente conhecida tem marcadores de gênero, raça e classe, entre outros, mesmo que isso muitas vezes passe de maneira despercebida. A narrativa de luta pelo direito ao voto, direitos trabalhistas e direitos sexuais e reprodutivos remete à categoria “mulher” em seu sentido genérico e universal: mulheres brancas, inseridas no meio urbano e escolarizadas. Essas características foram adotadas como representativas de um coletivo universalizado das mulheres. Nesse bojo, mulheres negras, não se sentindo pertencentes a essas demandas e sofrendo outras formas de opressão e discriminação racial, organizaram o que chamamos de feminismo negro, entre 1960 e 1970, nos Estados Unidos (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

A interseccionalidade nasce na década de 1990, a partir do enfrentamento dessas mulheres às opressões de gênero, raça e classe que vivenciavam, através de suas organizações enquanto feministas negras. À medida que não se viam contempladas nas pautas trazidas pelo feminismo hegemônico, questionavam a centralidade do gênero como marcador principal na análise das diferenças, construíram as bases que denunciavam a negligência do fator racial no debate, bem como outros marcadores sociais importantes como a classe, nacionalidade e sexualidade, por exemplo (DÍAZ-BENÍTEZ; MATTOS, 2019).

Patrícia Hill Collins (2019) explica que existe uma epistemologia específica do pensamento feminista negro, uma teoria abrangente de conhecimento que tem sido desvalorizada pelos processos dominantes de validação de conhecimento, como as universidades, e que, apesar disso, é reconhecido e compartilhado entre as mulheres negras. Collins (2019) afirma que a dimensão principal da epistemologia feminista negra esta na experiência vivida como critério de significado, e que o ativismo das mulheres negras se desenvolve em duas dimensões primárias: a primeira é a luta pela sobrevivência e a segunda é a luta pela transformação institucional, sendo essas duas interdependentes.

Como já foi falado anteriormente, o conceito não se sustenta a partir de um acúmulo de experiências de opressão, por não equivaler desigualdade e diferença, bem como não se dá pelo igual acúmulo de categorias com as quais a pesquisadora irá trabalhar, pois estas não são estanques e essencialistas, sendo apenas compreendidas articuladas, ou seja, em relação umas com as outras. Collins e Bilge (2020), ao investigarem as ideias centrais interseccionais, elencam a relacionalidade como uma dentre seis: 1) desigualdade social; 2) relações de poder; 3) contexto social; 4) justiça social; 5) complexidade; e 6) relacionalidade.

A pesquisa interseccional necessita que os marcadores sociais da diferença sejam abordados também em sua metodologia, pois não se sustenta apenas como referencial teórico, haja visto a própria história de sua origem dentro do movimento feminista negro. Faz-se importante pensar na “contribuição dessas referências para a elaboração de seus métodos e técnicas, sua concepção e intervenção no campo empírico, de maneira a visibilizar as intersecções que tendem a ser naturalizadas e apagadas no cotidiano” (DIAZ-BENITEZ; MATTOS, 2019, p. 82, grifos nossos).

Portanto, pensar a interseccionalidade enquanto método remonta sempre sua origem, aproximando academia e demais instituições de produção de conhecimento das lutas dos movimentos sociais. A teoria deve nos auxiliar a vislumbrar os entrecruzamentos das categorias em análise como resposta às estruturas de poder dentro de um contexto específico, sem prescindir do fato de que a própria pesquisa se constrói na feitura, na relação com o campo, indicando a intervenção sobre o mesmo (COLLINS; BILGE, 2020).

Diaz-Benitez e Mattos (2019) afirmam que a pesquisa na perspectiva interseccional se faz diante de uma exigência política, uma vez que o desafio desta

abordagem “e produzir saberes que, ao discutirem as lógicas de opressão e as condições de subjetivação em determinados contextos, assim como as resistências, contribuam com a luta contra essas opressões mesmas, complexificando suas análises e perspectivas” (p. 84). Por estar em disputa com a produção hegemônica de saber, a pesquisa interseccional, partindo da periferia dessa produção, está dentro dessa chamada pesquisa-ativismo desde que explicita os lugares e contexto onde é produzida, evidenciando os seus atravessamentos sobre o fazer-pesquisa da pesquisadora. Logo, essa explicitação do contexto da pesquisa e da localização da pesquisadora, deve visibilizar as relações de poder ali existentes, onde nos posicionamos, assim como os tensionamentos e ambivalências, derivados do agenciamento no campo.

Tangenciando o campo das infâncias, esta também está em disputa. A regulação dos corpos infantis e a idade como dispositivo político, assim como outros marcadores da interseccionalidade de gênero, classe social, raça, sexualidade e outros, operam na regulação dos corpos, e dentre eles o corpo infantil, bem como a narrativa sobre a infância. O que implica dizer que este marcador geracional incide como o que legitima o status de “humanidade” aos corpos (POCAHY, 2011). No campo das pessoas de pouca idade, significa dizer que elas são ativadas politicamente como seres passíveis de dominação, controle, sob a égide da proteção da infância.

METODOLOGIA

Para este trabalho utilizamos a própria interseccionalidade como campo metodológico para construção dos diálogos referenciais nesta área. Através da localização de estudos atravessados pelos temas de gênero, sexualidade, raça, infância, entre outros marcadores sociais, fizemos corpo com as nossas próprias pesquisas em andamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui apresentaremos alguns trabalhos que exemplificam a interseccionalidade sendo adotada como referencial teórico-metodológico que orientou trabalhos acadêmicos e da vida cotidiana, em diversos contextos.

Compreendemos ainda o trabalho de Grada Kilomba em *Memórias da plantação*

– *Episódios de racismo cotidiano* (2019) também pelo viés interseccional. Ela vincula a experiência da subjetividade negra ao sentir-se estrangeira/o, destacando o duplo lugar de Outro/a e Outridade ocupado pela pessoa negra, em que o primeiro equivale ao negativo do branco – cuja raça não está colocada – e o segundo às projeções que a branquitude dispõe sobre o/a negro/a. Analisando os processos de subjetivação através de casos de racismo cotidiano, a autora discorre sobre trauma colonial ao entrevistar mulheres negras de diferentes nacionalidades, Kilomba destaca importância protagonista da experiência como modo de produção de conhecimento, bem como desenvolve uma compreensão sobre racismo genderizado. Através da apreensão interseccional, vislumbra-se o entrecruzamento, não a sobreposição, das formas de opressão. Investigar gênero e raça separadamente invisibiliza a existência feminina negra.

Diaz-Benitez e Mattos (2019) estabelecem um questionamento fundamental na perspectiva interseccional: *como os marcadores sociais da diferença articulam-se no campo pesquisado?* (p. 86) e, para ilustrar como essa pergunta pode funcionar no estabelecimento de métodos interseccionais, elas apresentam duas pesquisas: “*Flores horizontais*”: *Sociabilidade, prostituição e travestilidade na Zona do Mangue (1960-1970)*, da historiadora Claudielle Pavão da Silva, de 2016, que objetiva investigar as estratégias e experiências de prostitutas da Zona do Mangue no período indicado; e, *Branquitude nos movimentos feministas: uma análise dos processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas* (2018), da psicóloga Geórgia Grube Marcinik, que entrevista mulheres feministas para entender seus processos de racialização.

Na pesquisa de Claudielle, os marcadores raça, nacionalidade e classe se articulam para reflexão sobre periculosidade e condescendência policial e social. A pesquisa se deu no diálogo com movimentos LGBT para a construção dessas categorias, de modo que não se fechassem em si mesmas, atribuídas apenas às formas de opressão – a complexidade se deu por esse diálogo e pela variedade do material analisado (boletins de ocorrência, processos criminais, notícias, etc), permitindo o vislumbre das agências ali desenvolvidas. Já no trabalho de Geórgia, a autora, pensando a racialização de pessoas brancas, se coloca entre uma das entrevistadas, pois seu processo de compreensão racial se deu durante a pesquisa. Além de romper as barreiras entre

pesquisadora-pesquisada e estar dentro do próprio movimento social, buscando entender suas tensões e as relações entre as categorias raça, gênero, sexualidade, idade, a pesquisa parte de perguntas feitas ao campo que “explicitam relações de poder e articulações que não estão sendo pautadas, seja pelo senso comum, pelos estudos consagrados na área, ou pelas instituições envolvidas” (DIAZ-BENITEZ; MATTOS, 2019, p. 90).

Outra pesquisa elaborada a partir do arcabouço interseccional é a tese de doutorado de Megg Rayara Gomes de Oliveira, cujo título é “O Diabo em forma de gente: (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação” (2017). O trabalho discute então a intersecção dos marcadores sociais de raça, sexualidade e geração aliado com narrativas (auto)biográficas para se aproximar da experiência vivida de quatro professores negros. A autora ainda desdobra as categorias de sexualidade e raça dando contornos relacionais, e não estáticas, ao tratar da experiência situada de sua própria trajetória e de seus sujeitos de pesquisa. Oliviera (2017) faz isso ao adotar os termos *bicha*, *viado* e *preto* além de categorias, são, sobretudo, um posicionamento político.

Outras pesquisas em curso também estão tomando o referencial teórico-metodológico da interseccionalidade para sua produção, como é o caso das duas autoras e o autor deste trabalho. Mencionando brevemente, o trabalho em desenvolvimento da mestrandia Rayane Ribas Martuchi visa debruçar na compreensão de como crianças que experimentam seus gêneros e sexualidades não normativos resistem, tensionam e reproduzem a cis heteronormatividade dentro da escola. Este trabalho visa interseccionar as categorias de geração, gênero e sexualidade para tal análise, usando de narrativas para apreensão desses elementos.

Como mais um exemplo de pesquisas em curso partindo da interseccionalidade como referencial, temos a tese em andamento da doutoranda Ana Carolina Areias Nicolau Siqueira, que parte da experiência de mulheres negras transgênero para compreender sobre os efeitos do racismo na subjetividade das pessoas negras. Neste estudo, a autora se debruça no arcabouço teórico metodológico da epistemologia feminista negra para analisar os saberes e fazeres das transgêneras em relação com o impacto do racismo na saúde mental de pessoas negras.

Pensando identidade a partir do questionamento de como os marcadores sociais de gênero, raça e infância se articulam no campo das literaturas ficcionais, o doutorando Diego Carvalho de Oliveira Soares busca a construção de um campo com livros, autoras e autores racializadas/os, leitores/as como parte da fundamentação teórica da pesquisa, não separada de nossa práxis enquanto pesquisadoras, na implementação de oficinas sobre gênero, sexualidade e raça em escolas no Rio de Janeiro. Entendendo ainda que o modo de escrevê-la deve partir de um estilo literário que permita visibilizar as relações de poder ali existentes, nosso lugar enquanto pesquisadoras e nosso compromisso ético-político com o campo, afastando-nos assim das normatizações da escrita acadêmica universalizante e pretensamente neutra, e aproximando-nos de possibilidades de enunciação do problema de pesquisa que faça sentido no contexto em que nos inserimos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho procuramos trazer as principais ideias sobre o campo da interseccionalidade, enquanto ferramenta ética, política, prática e epistêmica pautada nos conhecimentos subalternos. Exemplificamos tais usos da interseccionalidade a partir de trabalhos acadêmicos e ativistas que tratam de temas como gênero, sexualidade, raça e infância, como também nossas próprias pesquisas de pós-graduação, atualmente em andamento.

A inscrição da interseccionalidade no campo dos estudos subalternos abre possibilidade de diálogo com outros campos de saber produzidos a partir do conhecimento situado, como são os estudos queer, transfeministas e decoloniais, por partir de experiências localizadas, contrapondo o pressuposto neutro, universal e acrítico da ciência moderna.

Para isso, o modo de se escrever a pesquisa também é parte importante da interseccionalidade como método e segue essa estratégia tensionadora do cânone. Acreditamos, então, que tais narrativas podem produzir deslocamentos e afetações que ultrapassem os muros da academia, uma vez construídas em diálogo com autoras e autores não hegemônicas/os.

REFERÊNCIAS

COLLINS, P. H.; SIRMA, B. **Interseccionalidade** [recurso eletrônico] - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias, 1º ed. Boitempo, São Paulo, 2019.

DÍAZ-BENÍTEZ, M. E.; MATTOS, A. R. **Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas**. In: Isabel Rocha de Siqueira; Bruno Magalhães; Mariana Caldas; Francisco Matos. (Org.). Metodologia e relações internacionais: debates contemporâneos. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, ed. 2, v. 2, p. 67-94, 2019.

KILOMBA, G.. **Memórias da plantação - Episódios de racismo no cotidiano**. Tradução: Jess oliveira, 1. ed. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

POCAHY, F. A idade um dispositivo. A geração como performativo. Provocações discursivo-desconstrucionistas sobre corpo-gênero-sexualidade. **Revista Polis e Psique**. Porto Alegre, RS. v. 1, n. 3, p. 195, ago. 2012.

OLIVEIRA, M. R. G. **O diabo em forma de gente: (r) existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação**. – Curitiba, 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná.